



NOVA RESOLUÇÃO NORMATIVA DA COFIEX

PAULO HENRIQUE MENDES
Subsecretário de Financiamento Externo
Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento
Ministério do Planejamento e Orçamento

NOVA RESOLUÇÃO NORMATIVA DA COFIEX





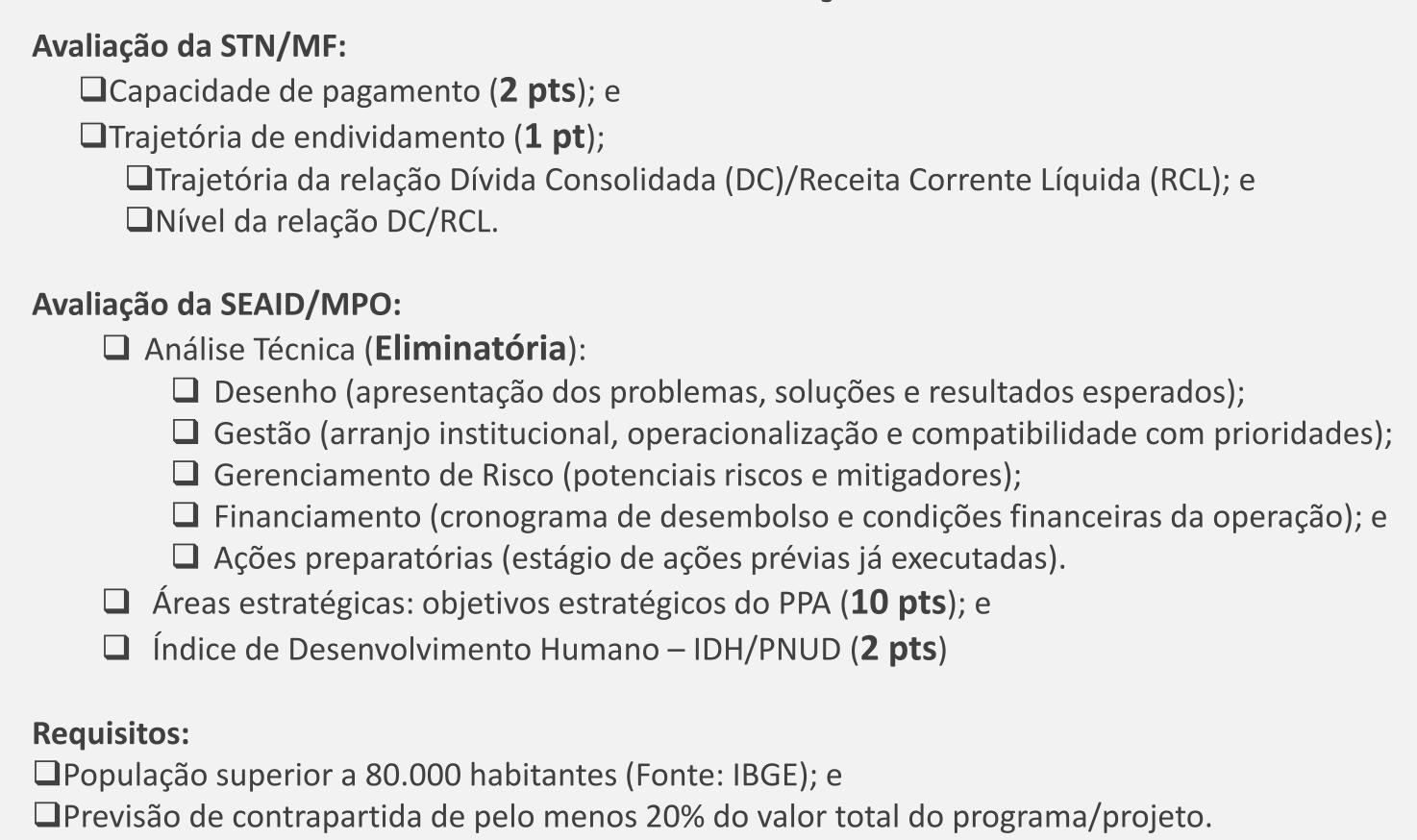
Dispõe sobre o exame e a autorização, pela Cofiex, para a preparação de projetos ou de programas do setor público com apoio de natureza financeira de fontes externas de que trata o <u>Decreto nº 9.075, de 6 de junho de</u> 2017.

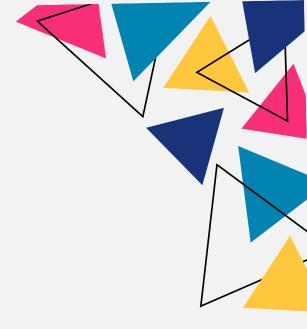


Institui o Portal de Financiamento Externo como o instrumento administrativo eletrônico que integra as atividades de registro, exame, autorização e acompanhamento de pleitos de preparação de projetos ou de programas do setor público com apoio de natureza financeira de fontes externas, mediante fluxo único e computadorizado de informações.



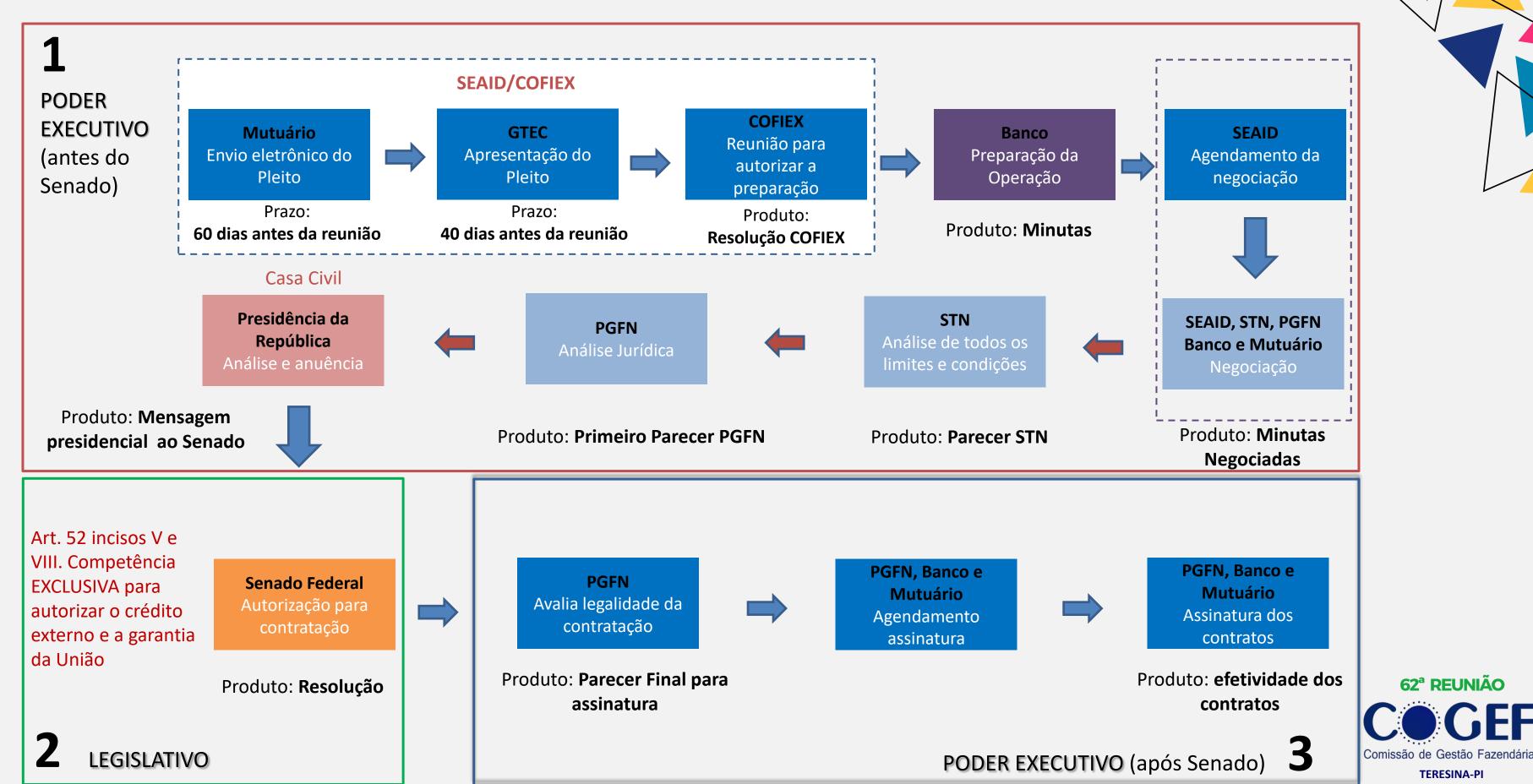
CRITÉRIOS E REQUISITOS DE AVALIAÇÃO







FLUXOGRAMA DE FINANCIAMENTO EXTERNO



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PPA 2024-2027

Objetivos estratégicos do eixo 1 – desenvolvimento social e garantia de direitos

- 1 Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social
- 2 Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)
- 3 Ampliar o acesso e a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental, com foco no desenvolvimento integral de estudantes
- 4 Ampliar a qualidade dos **ensinos médio, técnico e superior** preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica
- 5 Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas suas formas de expressão
- 6 Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões
- 7 Reforçar políticas de **proteção e atenção às mulheres**, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência
- Promover os direitos dos **povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais**, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos
- 9 Combater o racismo e promover a **igualdade racial** de modo estruturante e transversal
- 10 Assegurar proteção previdenciária a todas as formas de ocupação, de emprego e de relações de trabalho, com sustentabilidade financeira
- 11 Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura

 62ª REUNIÃO
- 12 Fortalecer a segurança pública cidadã e integrada, articulando prevenção e uso qualificado da ação policial
- 13 Ampliar o acesso ao esporte e às atividades físicas, com foco na formação, no desenvolvimento e na qualidade de vida



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PPA 2024-2027

Objetivos estratégicos do eixo 2 – desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática

- 14 Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente
- 15 Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas
- 16 Fortalecer a agricultura familiar, o agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura
- 17 Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia
- 18 Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios
- Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I, a cooperação Estado institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da capacidade de inovação
- 20 Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres
- 21 Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e a maior eficiência energética
- 22 Promover a transformação digital da economia, a inclusão digital e a disseminação da internet de alta velocidade
- 23 Promover maior eficiência logística com a valorização dos modais aeroviário, ferroviário, hidroviário e de navegação de cabotagem
- 24 Ampliar a atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras
- 25 Ampliar a segurança hídrica para garantir os usos múltiplos da água, priorizando a eficiência e o uso racional
- 26 Ampliar a qualidade e o valor agregado dos serviços, com destaque para o turismo
- 27 Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades

28 Promover o setor mineral com atenção às oportunidades da fronteira tecnológica, garantindo sustentabilidade, segurança e permanência das condições endário locais de emprego e renda

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PPA 2024-2027

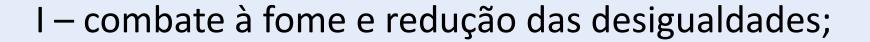
Objetivos estratégicos do eixo 3 – defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania

- 29 Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social
- Promover a ampliação e o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população, dom o fortalecimento da cooperação federativa, para maior coesão nacional
- 31 Intensificar a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população
- 32 Atuar na defesa da soberania, do território nacional e dos interesses nacionais
- 33 Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado
- **34 Assegurar um regime fiscal e tributário com credibilidade**, previsibilidade e sustentabilidade, que promova maior justiça social e ampliação de investimentos
- 35 Aperfeiçoar o sistema de justiça para ampliação do acesso e exercício de direitos



PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PPA 2024-2027

Pleitos cujos **recursos estejam integralmente direcionados a uma ou mais das seguintes prioridades**, receberão um **ponto adicional**, respeitado o limite de dez pontos:



II – educação básica;

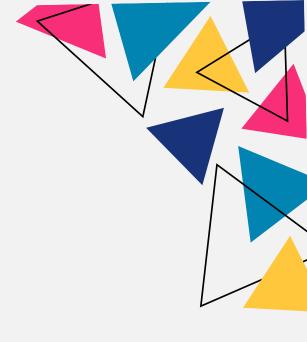
III – neoindustrialização, trabalho, emprego e renda;

IV – saúde: atenção primária e especializada;

V – novo Plano de Aceleração do Crescimento;

VI – combate ao desmatamento; e

VII – enfrentamento à emergência climática.





LIMITES

I – **limite geral** disponível para a **União**, sua administração direta, suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;

II — **limite geral** disponível para **estados, Distrito Federal e municípios**, suas respectivas administrações diretas, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, bem como para empresas estatais não dependentes cujo controle pertença aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios ou às suas administrações indiretas;

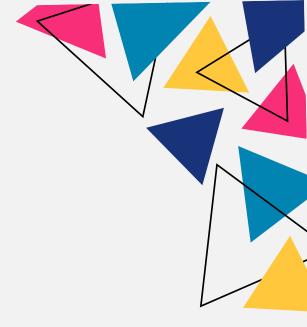
III – **sublimite** específico, derivado do limite relativo ao inciso II, disponível para projetos e programas de estados, Distrito Federal e municípios cujos recursos sejam integralmente destinados a financiar **programas ou projetos ambientais ou climáticos**;

IV – **sublimite** específico, derivado do limite relativo ao inciso II, disponível para projetos e programas do setor público com o apoio de natureza financeira de fontes externa de estados, Distrito Federal e municípios cujos recursos sejam integralmente destinados a financiar o aporte ou garantir contraprestações pecuniárias do parceiro público ao parceiro privado relacionados a **parcerias público-privadas**, de que trata a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004;e

V – **limite** disponível para projetos e programas do setor público com o apoio de natureza financeira de fontes externa de estados, Distrito Federal e municípios cuja **única moeda** de financiamento seja o **Real**.





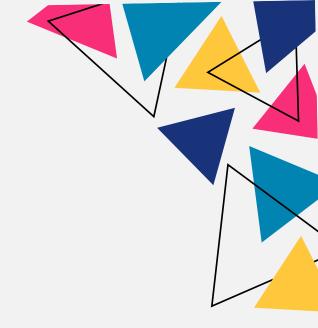


LEI Nº 14.802, DE 10 DE JANEIRO DE 2024 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027

<u>DECRETO № 9.075, DE 6 DE JUNHO DE 2017 -</u> Dispõe sobre a composição e as competências da Comissão de Financiamentos Externos.

<u>Legislação da Comissão de Financiamentos Externos – Cofiex</u>





Obrigado!

Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento - SEAID

Subsecretaria de Financiamentos Externos - SUFIN

cofiex@planejamento.gov.br

https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/assuntos-internacionais-e-desenvolvimento/cofiex





